

**Financiamento Político no Brasil: Perfil das Empresas Doadoras a Candidatos
Entre os Anos de 2002 a 2014**

CLEIDE SIMONE DA SILVA RIBEIRO

Faculdade Santa Helena (FSH)

JULIANA GONÇALVES DE ARAÚJO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Faculdade Santa Helena (FSH)

JOÃO GABRIEL NASCIMENTO DE ARAÚJO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Faculdade Santa Helena (FSH)

RODRIGO VICENTE DOS PRAZERES

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Faculdade Santa Helena (FSH)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo identificar o perfil das empresas que financiam candidatos políticos em anos eleitorais. Para isso, o trabalho inicia com um breve conceito sobre Estado e governo, sua importância, poder e soberania, a divisão dos três poderes e suas esferas. Em seguida, contextualiza-se o regime político adotado pelo Brasil, a criação dos partidos políticos e sua lei. Realizou-se um levantamento de estudos anteriores sobre as discussões oriundas desse tema, nos quais são extraídas outras vertentes que merecem posterior aprofundamento e continuidade das pesquisas. Há uma abordagem de princípios de governança corporativa, que sugere aplicação ao sistema de financiamento político no Brasil. Por fim, segue-se uma pesquisa empírica em que são analisadas as doações diretas a candidatos nas eleições presidenciais entre os anos de 2002 a 2014 e nas eleições municipais do Brasil entre os anos de 2004 a 2012 para responder a pergunta: quem financia quem nas eleições? Com a finalidade de identificar as empresas doadoras e seus setores. A predominância do setor de construção civil é clara, mas é possível notar diversos setores que sustentaram o financiamento político nos anos analisados, como os setores de Metalúrgica e a Indústria de Alimentos. Foi possível observar o benefício oriundo de outros setores, quando se considerou o valor da doação, bem como a quantidade de candidatos beneficiados. Deve-se destacar que, embora as sociedades anônimas de capital fechado sejam empresas que representam menor liquidez em seu patrimônio, são elas que predominam e garantem as doações, representando 75% das empresas analisadas.

Palavras-chave: Financiamento político, Partido Político, Transparência

1 INTRODUÇÃO

O Estado é a mais importante de todas as instituições políticas existentes hoje no Brasil. Ele é soberano por meio do povo e como a própria constituição federal do país, por constituir-se um Estado Democrático, estabelece, todo o poder provém do povo através de seus representantes. Por ser considerado um país cujo regime político é democrático essa representatividade é adquirida através das eleições. A partir da definição de Estado pode-se entender a necessidade de existir um governo para dirigir os interesses da sociedade, somente o Estado tem o poder de coerção legal, mas o governo é titular desse poder, embora sua atuação seja temporária, pois o governo muda e o Estado permanece. É nesse enfoque que surgem os partidos políticos.

Saber a origem dos partidos, organização e finalidade nos dá base para compreensão do seu funcionamento hoje. Foi através da universalização do voto que essas organizações foram impulsionadas a atuar não apenas no ambiente parlamentar, mas fora dele. Os partidos perceberam a necessidade de buscar apoio político e deixaram de ser apenas organizações que buscavam o êxito de seus candidatos e começaram a funcionar como intermediadores entre a população e o governo. O interesse em conquistar mais participantes que comungavam das mesmas ideologias políticas para filiar-se a suas agremiações, aumentou, e as eleições se tornaram mais disputadas. Com isso, as atividades políticas, as campanhas e atuações dos partidos tornaram-se mais valoradas, e os fundos de financiamentos para essas ações passaram a ser fundamentais.

O financiamento político tem recebido maior destaque nas discussões sobre a reforma política no Brasil, que está na pauta da política brasileira desde o advento da Constituição de 1988. Embora, estudiosos, políticos e a opinião pública concorde que, o sistema eleitoral e político, sejam falhos é essa Constituição que dispõe a “Lei dos Partidos Políticos – LPP”, Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, desta constituição. Esta lei, em seu título III, que trata sobre as finanças e contabilidade dos partidos, estabelece a forma de quando e como deverá ser a prestação de contas para que as origens das receitas e destino das despesas dos partidos se tornem conhecidas. O financiamento político, no art.38 da LPP que trata sobre o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, mais conhecido como Fundo Partidário, entre outros meios, é constituído por doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário.

Não é de surpreender que o financiamento político tenha sido um tema que gera discussões por outros estudiosos, seja em relação à transparência quanto a prestação de contas, *accountability*, o custo do voto, o caminho das verbas políticas, onde são gastos, o custo dos partidos para os cofres públicos, são diversas as vertentes que o tema desperta. No entanto, este se trata de um artigo que terá o **objetivo de identificar o perfil das empresas que doaram a candidatos entre os anos de 2002 a 2014**, suas características como setor, porte, se são listadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BM&Fbovespa), qual o cargo, partido e estado mais atrativo para doação.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 O ESTADO E O GOVERNO

Estado são comunidades de pessoas, que estão fixadas sobre um território que possui uma organização política e um poder superior de coerção. O Estado é a mais importante de todas as instituições políticas existentes. Alguns escritores defendem que há três requisitos necessários para sua formação: população, território e governo, e há um atributo que é a soberania. O território é patrimônio do povo, a população é o conjunto de indivíduos com direitos diante do Poder do Estado, e este Estado é constituído pela vontade do povo que detêm sua soberania.

A Constituição Federal de 1988, Título I, Art.1º, inclui a soberania como primeiro fundamento do Estado Democrático de Direito e em seu parágrafo único rege que: todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição.

O governo é uma instituição que compõe o Estado. Para o filósofo Norberto Bobbio a definição de governo é “O conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma sociedade”. O conceito de governo normalmente está associado à noção de Estado e, constitucionalmente, o governo pode ser considerado um órgão no qual se desponta o poder do Estado em sua plenitude (Bobbio, Matteucci & Pasquino, 1998).

O governo ainda pode apresentar diversas formas. As formas teorizadas pelos filósofos Aristóteles e Maquiavel, fundamentam a que é atualmente estabelecida no Brasil. Segundo Aristóteles (2002), há dois critérios que devem ser observados: número de governantes e qualidade do seu governo. Quanto ao número, são classificados em monarquias, aristocracias e democracias. A monarquia é uma forma de governo considerada simples, uma vez que formada por apenas um homem, é descartada a autoridade política contradizer-se, mas segundo o filósofo Aristóteles, é mais corruptível por tender-se a uma tirania. Já a aristocracia, neste sentido, é menos passível a se tornar uma oligarquia, enquanto a democracia é considerada uma forma de governo complexa, mas das três formas é a mais estável em sua forma reta de governo. Por isso, Aristóteles sugere a forma de governo misto de aristocracia e democracia, a qual ele define como politeia, pois é constituído pelo povo e pela elite política da soberania (Rocha & Silveira, 2009).

2.2 PARTIDOS POLÍTICOS

Os partidos políticos são instituições essenciais para democracia, pois são intercessores entre o Estado e a sociedade, e é definido como o mecanismo político por meio do qual as forças sociais se asseguraram dentro e através das instituições constitucionais, seja no regime democrático, totalitário ou antidemocrático de governo (Franco & Pila, 1999).

Os partidos políticos surgiram de forma gradual. Segundo Farias Neto (2011) foram organizações eleitorais que tinham função de assegurar o êxito de seus candidatos (...) depois,

desenvolveram funções próprias como organização capacitada para a ação direta e sistemática sobre a atividade política, de sorte que as eleições é que asseguram hoje o crescimento das agremiações.

O conceito disposto pelo Tribunal Superior Eleitoral para partidos políticos baseia-se na definição de Cretella Júnior (1989) em que os partidos políticos são organizações destinadas a congregiar eleitores que participam dos mesmos interesses, das mesmas ideologias ou da mesma orientação política em relação aos problemas fundamentais do país.

A Lei de Partidos Políticos (LPP), nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, art. 1º, regida pela Constituição Federal de 1988, estabelece que:

O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

Os partidos viabilizam a formação da elite política por intermédio do povo, que expressa seu poder através dos votos e recebem subsídios do governo, embora considerados pessoa jurídica de direito privado, para seu funcionamento. A LPP em seu artigo 38 institui o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (mais conhecido como Fundo Partidário) o qual é constituído por recursos públicos e particulares como: multas e penalidades, doações e recursos financeiros destinados por lei e dotações orçamentárias da União.

Para Speck (2012), a questão dos recursos para custear partidos políticos e campanhas eleitorais tornou-se relevante quando a disputa pelo poder político passou pela competição entre vários partidos políticos e quando eleitores dispuseram de liberdade para escolha entre várias alternativas.

Por esse tema ser tão relevante alguns dos princípios da governança corporativa pode ser aplicado ao sistema de financiamento político.

2.3 TRANSPARÊNCIA

Segundo os princípios básicos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, a transparência vai além daquilo que está imposto na lei ou regulamentos. Disponibilizar informações às partes interessadas gera confiança na relação interna entre a Empresa e terceiros.

Considerando que o termo transparência abrange diversas perspectivas, na ciência política o conceito está associado à disponibilização de informações públicas (Grigorescu, 2003). Prado, Ribeiro e Diniz (2012) define que a transparência das informações públicas, a prestação de contas e a responsabilização dos governantes compõe as etapas da *accountability*. Embora o conceito venha conjecturar com a transparência, estes não são sinônimos, uma vez que a *accountability* é mais abrangente, pois não atinge apenas a prestação de contas e a publicidade das ações dos governos, mas à existência de mecanismos institucionais de controle da administração pública, que possam gerar incentivos ou sanções, caso os agentes públicos cumpram ou não suas obrigações (Prado, Ribeiro & Diniz, 2012).

Heald (2006) ensina que para a transparência ser eficaz é necessário haver receptores capazes de processá-las, compreendê-las e utilizá-las. Michener e Bersh (2011) introduzem duas dimensões importantes para o conceito de transparência: visibilidade e *Inferability*. Eles destacam que as informações não bastam estarem disponíveis, mas precisam possibilitar inferências por parte dos usuários.

Associando o pensamento de Heald ao conceito de Michener e Bersch, para a transparência eficaz os receptores devem ser capazes de inferir as informações publicadas (Zuccolotto, Teixeira & Riccio, 2015). Michener e Bersch destacam ainda que transparência diz respeito à informação, e, se a informação não é visível, perde sua relevância.

Larsson (1998) apresenta uma visão semelhante quando afirma que a “transparência se estende além da disponibilidade de informações para abraçar simplicidade e compreensão”, o autor usa o exemplo de que uma organização aberta quanto à ação de disponibilizar seus documentos e procedimentos, ainda assim, pode não ser considerada transparente, uma vez que a informação é incoerente para os cidadãos, pois não conseguem compreender e processá-las.

Heald (2006) menciona os sete princípios da vida pública pelo Comitê de Nolan, que devem ser aplicados a todos ligados ao serviço público: altruísmo, integridade, objetividade, accountability, abertura, honestidade e liderança.

Em 2000, a Constituição Federal, em seu Título VI, Capítulo II, estabeleceu as normas de finanças públicas através da Lei Complementar Nº 101, 04/05/2000. Conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) esta estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal que, por sua vez, implica em planejamento, transparência e gestão das contas públicas.

De acordo com material explicativo disposto no portal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), diversos pontos da LRF destacam a ação planejada e transparente na administração pública. A Ação planejada é baseada nos planos já traçados, sujeitos à apreciação e aprovação da instância legislativa, assegurando-lhe a legitimidade característica do regime democrático do governo. Dar transparência aos gastos públicos é uma ação apropriada, pois a sociedade precisa conhecer como os recursos são aplicados, e se estão atingindo sua finalidade, ou seja, se os governantes estão utilizando-os com o objetivo de promover qualidade dos bens e serviços públicos (Antonino, Almeida, Echternacht & França, 2013).

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

O financiamento político é um dos temas que tem motivado discussões, e não recentes, por estudiosos na área de ciências políticas, ciências econômicas e ciências contábeis e as questões abrangem especificamente temas como as fontes de financiamento, receita e despesas de partidos, recursos transferidos para partidos, transparência e prestação de contas.

Speck (2012) vincula o financiamento político com a corrupção e destaca que o enfoque não está na demanda de financiamento por integrantes da classe política, mas na oferta e no motivo pelo qual os doadores estão dispostos a investir na política. Ele defende que a reforma

da administração pública, tornando-a menos permeável à compensação de doadores de campanhas políticas, pode ser um pilar importante para implantar um sistema de financiamento equilibrado.

Segundo pesquisa realizada por Cazzolato e Candido (2013), o financiamento de campanhas eleitorais para prefeito no ano de 2012, veio em sua maior parte de recursos públicos. A exemplo disto, entre os anos de 2003 a 2013, o recebimento de verbas públicas atingiu a marca de R\$ 6,8 bilhões aos cofres públicos, com os valores corrigidos pela inflação, segundo informação do jornal O Estadão, 2013.

As verbas são recebidas mensalmente pelas legendas e, mesmo que não esteja em ano eleitoral, são concedidas por diretórios públicos e privados. Todavia no artigo “O caminho das verbas público-partidária e o custo de voto”, Cazzolato e Candido concluem que não é prioridade dos partidos políticos aplicar recursos públicos em atividades não eleitorais, maior parte de suas verbas são aplicadas em campanhas eleitorais e partidárias. Eles completam que a falta de limite de doações públicas ou privadas aos candidatos e partidos, torna o financiamento desproporcional e mercadológico, omitindo a real função dos partidos para a democracia.

Pensando no real interesse das empresas às doações, é possível mencionar Bandeira de Mello e Marcon (2011) que incluem doações às campanhas políticas como mecanismo de que os grupos empresariais se utilizam para efetivar conexões políticas, e desta forma, ganhar força política, pois os grupos empresariais se conectam com o governo, aumentam, crescem, diversificam-se e obtêm mais vantagens e possível influência no jogo político (Costa, Bandeira de Mello & Marcon, 2013).

Nesse campo é comum encontrar pesquisas sobre transparência e prestação de contas dos financiamentos políticos. Sena Pontes (2008), em sua tese, afirma que para o controle efetivo das movimentações financeiras é necessário que os mecanismos de *Accountability* garantam maior transparência dos atos e da arrecadação e aplicação dos fundos de campanha, de modo que para o financiamento as regras sejam claras e acessíveis ao povo, de forma que a sociedade auxilie a justiça eleitoral no controle da movimentação dos recursos utilizados nas eleições, assim como em sua prestação de contas.

Nesse enfoque, o financiamento político continua sendo um tema atual e o financiamento exclusivo de campanhas voltou a ser proposto pela Comissão Especial para Reforma Política praticada pela Câmara dos Deputados em 2011. O Projeto de Lei 4.593/2001 propôs que as campanhas políticas fossem financiadas com fundos exclusivamente públicos. Desde então, os debates não cessaram e vem se multiplicando. A proposta voltou a ganhar força, após surgirem notícias de diversos escândalos envolvendo o financiamento ilícito de campanhas eleitorais. Os escândalos estão associados a empresas interessadas em obter vantagens do erário, assim como aos políticos que tiveram suas campanhas financiadas por estas empresas (Bichara, 2012).

Em 2015 o debate a respeito da reforma da legislação político-eleitoral no Brasil voltou a ganhar força e uma das principais questões abordadas é a fonte de financiamento dos partidos e das campanhas políticas. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a atual legislação que permite que as empresas doem para campanhas políticas. Sendo esta a principal

fonte de financiamento das disputas eleitorais no país, os críticos acreditam que estas desequilibram as eleições e abrem espaço para corrupção, segundo informação do portal de notícias BBC Brasil (2015).

3 METODOLOGIA

Este estudo contemplou a análise das 20 empresas que mais realizaram doações entre os anos eleitorais de 2002 a 2014. Essa quantidade foi escolhida pela representatividade obtida no total das doações, além de permitir uma análise mais aprofundada e descritiva da amostra. Primeiro buscou-se captar os valores das doações declarados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelos candidatos. Para a obtenção dos dados utilizou-se do site www.tse.jus.br e do site www.asclaras.org.br, sendo coletadas as informações referentes ao valor da doação, cargos beneficiados, estados e partidos.

Segundo passo, buscou-se, através da seleção dos 20 maiores doadores nos anos eleitorais escolhidos como referência, identificar as principais características das empresas doadoras, como setor e porte, e para isso utilizou-se consultas aos sites privados. Outros meios públicos de comunicação eletrônica foram consultados, como o Portal Meu Congresso Nacional e o Portal do Planalto do Governo Federal.

Para a realização dessa pesquisa foram realizadas consultas nas legislações relacionadas ao tema, como a Constituição Federal, Lei dos Partidos Políticos e Lei das Eleições, que esclarecem o processo de financiamento aos candidatos e partidos. Além disso foram realizadas consultas às Resoluções TSE nº 21.975/2004 que disciplinam o recolhimento e a cobrança das multas previstas no Código Eleitoral e nas leis conexas, e a distribuição do Fundo Partidário, e TSE nº 23.432/2014 que regulamenta o Título III da Lei 9.096/1995 – Das Finanças e Contabilidade dos Partidos – Prestação de contas partidárias.

A pesquisa pode ser considerada também de gênero empírico, por meio de análise documental, uma vez que a base principal para pesquisa foi o Tribunal Superior Eleitoral, órgão oficial da Justiça Eleitoral, que disponibiliza os dados reais para consulta pública.

As Tabelas de 1 a 4 foram criadas a partir de consultas a fontes já relatadas, para facilitar a visibilidade específica aos 20 maiores doadores nos anos de eleições presidenciais, considerando pessoas físicas e jurídicas, porém a análise para discussão dos dados foi considerada apenas pessoas jurídicas. O mesmo critério seguiu as Tabelas 5 a 7 para eleições municipais. A Tabela 8 foi criada para apresentar a visão macro dos anos analisados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise está dividida em dois blocos. O primeiro, busca demonstrar a análise dos doadores em eleições presidenciais e de governo no Brasil, em que inicialmente serão apresentadas as características das empresas doadoras como o setor, porte e se estão listadas na BM&Fbovespa e em seguida, os cargos, estados e partidos beneficiados. O segundo bloco busca demonstrar a análise dos doadores em eleições municipais no Brasil, em que inicialmente serão apresentadas as características das empresas doadoras como setor porte e se estão listadas na BM&FBovespa e em seguida, os cargos, estados e partidos beneficiados.

4.1 ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS E GOVERNO

Nesta seção estão expostas as informações referentes aos anos eleitorais presidenciais e de governador, no período de 2002 a 2014. Na Tabela 1 estão evidenciadas as empresas que mais doaram a candidatos no ano de 2002 e as suas respectivas características, como setor, porte e se estão listadas na BM&FBovespa.

Tabela 1: Características das Empresas Doadoras - 2002

EMPRESA	VALOR	SETOR	PORTE	LISTADA
Construtora Norberto Odebrecht S/A	R\$ 5.843.000,00	Construção Civil	S/A	Não
Construtora OAS S/A	R\$ 4.837.867,84	Construção Civil	S/A	Não
Usina Caete S/A	R\$ 4.729.941,20	Indústria de Alimentos	S/A	Não
Klabin S/A	R\$ 4.584.140,50	Indústria em Geral	S/A	Sim
Gerdau S/A	R\$ 4.382.300,00	Siderurgia e Metalurgia	S/A	Sim
Aracruz Celulose S/A	R\$ 4.210.000,00	Papel e Celulose	S/A	Sim
Candidato Blairo Borges Maggi	R\$ 3.727.340,00	Pessoa Física	-	-
Itaú Unibanco S/A	R\$ 3.705.254,68	Bancos e Financeiras	S/A	Não
Amaggi Exportação e Importação LTDA	R\$ 3.694.277,74	Agronegócio	Grande	Não
Companhia Brasileira de Alumínio	R\$ 3.440.500,00	Indústria Metalúrgica	S/A	Não
Recofarma Indústria do Amazonas LTDA	R\$ 3.343.000,00	Produção de Bebidas	Grande	Não
Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	R\$ 2.960.000,00	Indústria Aeronáutica	S/A	Sim
Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração	R\$ 2.943.000,00	Indústria Metalúrgica	S/A	Não
Navegação Vale do Rio Doce S/A	R\$ 2.745.000,00	Transporte Marítimo	S/A	Não
Starone S/A	R\$ 2.620.000,00	Telecomunicações	S/A	Não
JS Administração de Recursos S/A	R\$ 2.482.000,00	Fundos de Investimentos	Pequena	Não
Cia Suzano de Papel e Celulose	R\$ 2.352.862,25	Madeira e Papel	S/A	Sim
IBS - Instituto Brasileiro de Siderurgia	R\$ 2.300.000,00	Associação	Pequena	Não

Cimento Poty S/A	R\$ 2.280.000,00	Fábrica de Cimentos	S/A	Não
Opp Química S/A	R\$ 2.202.500,00	Termoplástica	S/A	Não

Fonte: www.asclaras.org.br e www.econodata.com.br.

Como é possível verificar através da Tabela 1, a empresa que mais doou neste ano foi a Construtora Norberto Odebrecht S/A, pertencente ao setor de construção civil. Em segundo lugar, a Construtora OAS S/A pertencente ao mesmo setor. As duas empresas são sociedades anônimas de grande porte e de capital fechado, tendo a primeira cancelado o registro de companhia aberta nesse mesmo ano.

Pode-se observar que os setores são assimétricos, com destaque para a construção civil e às indústrias metalúrgicas, e predominam as sociedades anônimas (78,9%), em que a maioria é de capital fechado (66,7%).

Na Tabela 2 estão evidenciadas as empresas que mais doaram a candidatas no ano de 2006, suas características, como setor, porte e se estão listadas na BM&Fbovespa

Tabela 2: Características das Empresas Doadoras - 2006

EMPRESA	VALOR	SETOR	PORTE	LISTADA
Caemi Mineração e Metalurgia S/A	R\$ 12.920.000,00	Holdings	S/A	Não
Gerdau Aços Longos S/A	R\$ 8.067.000,00	Indústria Metalúrgica	S/A	Não
JBS S/A	R\$ 7.461.000,00	Indústria de Alimentos	S/A	Sim
Construtora OAS S/A	R\$ 7.345.000,00	Construção Civil	S/A	Não
Itaú Unibanco S/A	R\$ 7.211.312,10	Bancos e Financeiras	S/A	Não
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	R\$ 6.898.500,00	Construção Civil	S/A	Não
Companhia Siderúrgica Nacional	R\$ 5.755.000,00	Mineração e Siderúrgica	S/A	Sim
Fratelli Vita Bebidas LTDA	R\$ 5.550.000,00	Indústria de Bebidas	S/A	Não
João José Pereira de Lyra	R\$ 5.546.000,00	Pessoa Física	-	-
Aracruz Celulose S/A	R\$ 5.523.353,26	Papel e Celulose	S/A	Sim
José João Abdalla Filho	R\$ 5.120.000,00	Pessoa Física	-	-
Ronaldo Cesar Coelho	R\$ 4.896.200,00	Pessoa Física	-	-
Ibar Administração e Participação LTDA	R\$ 4.800.000,00	Prestação de Serviços	Grande	Não
IBS Instituto Brasileiro de Siderurgia	R\$ 4.085.000,00	Associação	Pequena	Não
Construtora Barbosa Mello S/A	R\$ 3.954.000,00	Construção Civil	S/A	Não

Klabin S/A	R\$ 3.868.285,43	Indústria em Geral	S/A	Sim
Primo Schincariol Ind. de Cervejas e Refrigerantes S/A	R\$ 3.835.000,00	Indústria de Alimentos	S/A	Não
S A Usina Coruripe Açúcar e Álcool	R\$ 3.551.321,80	Indústria de Alimentos	S/A	Não
Nutritional S/A Indústria e Comércio de Alimentos	R\$ 3.466.900,00	Indústria de Alimentos	S/A	Não
Vega Engenharia Ambiental S/A	R\$ 3.365.000,00	Água, Esgoto e Resíduos.	S/A	Não

Fonte: Fonte: www.asclaras.org.br e www.econodata.com.br.

Como é possível verificar através da Tabela 2, a empresa que mais doou neste ano foi a Caemi Mineração e Metalurgia S/A, pertencente ao setor de holdings. A Gerdau Aços Longos S/A, do setor de Indústrias Metalúrgicas, ficou em segundo lugar. As duas empresas são sociedades anônimas de capital fechado.

Pode-se observar que o setor predominante foi a indústria de alimentos e a maioria das empresas doadoras (85%) é composta por sociedade anônima e de capital fechado (73,3%). Neste ano é possível observar maior representação de pessoa física (15%) entre os 20 maiores doadores a candidatos.

No ano de 2010, a maior doadora foi a empresa Construções e Comércio Camargo Correa S/A, do setor de construção civil e em segundo lugar a JBS S/A, do setor de indústria de alimentos, conforme evidencia a tabela 3, abaixo:

Tabela 3: Características das Empresas Doadoras - 2010

EMPRESA	VALOR	SETOR	PORTE	LISTADA
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	R\$ 50.665.000,00	Construção Civil	S/A	Não
JBS S/A	R\$ 30.343.000,00	Indústria de Alimentos	S/A	Sim
Itaú Unibanco S/A	R\$ 23.620.000,00	Bancos e Financeiras	S/A	Não
Construtora OAS S/A	R\$ 16.299.000,00	Construção Civil	S/A	Não
Banco BMG S/A	R\$ 15.498.500,00	Bancos e Financeiras	S/A	Não
Gerdau Comercial de Aços S/A	R\$ 14.354.000,00	Siderurgia e Metalurgia	S/A	Não
Companhia Metalúrgica Prada	R\$ 11.700.000,00	Indústria em Geral	S/A	Não
Mauro Mendes Ferreira	R\$ 9.575.000,00	Pessoa Física	-	-
U T C Engenharia S/A	R\$ 8.264.666,00	Construção Civil	S/A	Não
Galvão Engenharia S/A	R\$ 6.980.030,00	Construção Civil	S/A	Não

Suzano Papel e Celulose S/A	R\$ 6.063.120,90	Indústria em Geral	S/A	Sim
Wilson Picler	R\$ 5.525.600,00	Pessoa Física	-	-
Bracol Holding LTDA	R\$ 5.125.000,00	Holdings	Grande	Não
Marcelo Beltrão de Almeida	R\$ 4.883.779,76	Pessoa Física	-	-
Usiminas Mecânica S/A	R\$ 4.818.060,00	Indústria em Geral	S/A	Não
Fibria Celulose S/A	R\$ 4.745.242,43	Indústria em Geral	S/A	Sim
Construtora Queiroz Galvão S/A	R\$ 4.659.500,00	Construção Civil	S/A	Não
Alusa Engenharia S/A	R\$ 4.575.000,00	Construção Civil	S/A	Não
Primo Schincariol Ind. de Cervejas e Refrigerantes S/A	R\$ 4.540.000,00	Indústria de Alimentos	S/A	Não
Construtora Sucesso S/A	R\$ 4.443.472,14	Construção Civil	S/A	Não

Fonte: www.asclaras.org.br e www.econodata.com.br.

É possível verificar nesta tabela, que o setor predominante é o de construção civil e que a maioria (80%) das empresas doadoras são sociedades anônimas, em que apenas 18,7% são de capital aberto.

Em 2014, embora a empresa JBS S/A esteja no ranking como a maior doadora, é o setor de construção civil que predomina as doações (40%). A Construtora Andrade Gutierrez S/A está em primeiro lugar neste setor e em segundo lugar no ranking das doações deste ano, como evidencia a tabela 4, abaixo:

Tabela 4: Características das Empresas Doadoras - 2014

EMPRESA	VALOR	SETOR	PORTE	LISTADA
JBS S/A	R\$ 323.868.612,62	Indústria de Alimentos	S/A	Sim
Construtora Andrade Gutierrez S/A	R\$ 93.155.138,40	Construção Civil	S/A	Não
Construtora OAS S/A	R\$ 81.971.389,23	Construção Civil	S/A	Não
Construtora Queiroz Galvão S/A	R\$ 56.196.702,62	Construção Civil	S/A	Não
Cervejaria Petrópolis S/A	R\$ 52.007.914,46	Indústria de Bebidas	S/A	Não
U T C Engenharia S/A	R\$ 49.060.759,80	Construção Civil	S/A	Não
Construtora Norberto Odebrecht S/A	R\$ 38.354.792,50	Construção Civil	S/A	Não
CRBS S/A	R\$ 32.829.819,34	Comércio Atacadista	S/A	Não
Banco BTG Pactual S/A	R\$ 31.528.659,15	Bancos e Financeiras	S/A	Sim
Bradesco Vida e Previdência S/A	R\$ 30.857.263,23	Bancos e Financeiras	Grande	Não
Arcelormittal Brasil S/A	R\$ 29.609.777,84	Indústria Metalúrgica	S/A	Não
Cosan Lubrificantes e Especialidades S/A	R\$ 27.693.747,43	Petróleo e Combustível	S/A	Não
Gerdau Aços Especiais S/A	R\$ 27.130.745,79	Indústria Metalúrgica	S/A	Não
Itaú Unibanco S/A	R\$ 25.218.969,44	Bancos e	S/A	Não

		Financeiras		
Amil Assistência Médica Internacional S/A	R\$ 24.637.428,77	Planos de Saúde	S/A	Não
Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A	R\$ 24.633.727,43	Construção Civil	S/A	Não
Sucocitrico Cutrale LTDA	R\$ 19.240.481,25	Indústria de Alimentos	Grande	Não
Construtora Triunfo S/A	R\$ 18.481.685,13	Construção Civil	S/A	Não
Telemont Engenharia de Telecomunicações S/A	R\$ 18.296.088,56	Telecomunicações	S/A	Não
Via Engenharia S/A	R\$ 18.290.377,53	Construção Civil	S/A	Não

Fonte: www.asclaras.org.br e www.econodata.com.br.

Como foi visto nas tabelas 1, 2, 3, e 4, nota-se que as empresas Construtora OAS S/A e Itaú Unibanco S/A doaram todos os anos de eleição presidencial e de governo no período de 2002 a 2014, marcando-se presentes e doando quantias crescentes entre os anos, que somaram ao total os valores de R\$ 110.453.257,07 e R\$ 59.755.536,22, respectivamente. A empresa JBS S/A, se apresenta doando em todos os anos, exceto em 2002, quantias crescentes entre os anos, que somaram ao total o valor de R\$ 361.672.612,62. É possível observar uma doação expressiva desta empresa em 2014, com aumento de 97,7% em relação à doação realizada em 2006. Com esta doação, a empresa pode ser classificada como a maior doadora, uma vez que, as somas dos valores das primeiras maiores doadoras de cada ano observado, não alcançam a quantia que foi desembolsada por ela em 2014.

4.1.1.1 Cargos, Estados, Partidos.

Com relação aos cargos beneficiados, unidade da federação e partidos que receberam as doações, pode-se afirmar que, no ano de 2002 foram 948 candidatos beneficiados, sendo 45,1% para o cargo de Deputado Federal, 32% para o cargo de Deputado Estadual/Distrital, 11,5% para Senador, 10,1% para governador e 1,3% para o cargo de Presidente. Foram 25 estados que receberam as doações, mais o Distrito Federal, sendo os Estados de São Paulo (SP) e Pernambuco (PE) os mais beneficiados pelos doadores, com 215 candidatos e 110 candidatos, respectivamente, desta forma foi possível afirmar que as regiões Sudeste e Nordeste foram mais atraídas pelos doadores, sendo a primeira com índice de 46% do total de candidatos em 4 estados dessa região e a segunda com 28% do total de candidatos em 9 estados dessa região. Neste ano, 24 partidos foram beneficiados. O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) com 192 candidatos, o então Partido da Frente Liberal (PFL) com 191 candidatos, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com 106 candidatos, o Partido Progressista Brasileiro (PPB) com 98 e o Partido Trabalhista (PT) com 91 candidatos. Esses foram os cinco partidos mais beneficiados em 2002.

Considerando as doações por candidato, a Klabin S/A ficou em primeiro lugar doando para 160 candidatos correspondentes a 15 partidos, no qual 18,8% compunham ao PSDB, 14,4% ao PFL e PMDB e 52,5% distribuídos aos demais partidos. A empresa doou para 18 estados, mas o Rio Grande do Sul (RS) foi predominante, embora os Estados do Nordeste tenham se apresentado como quem recebeu maior número de doação desta empresa, o Sul

recebeu maior doação em relação a número de candidatos. Mesmo a Construtora Norberto Odebrecht S/A estando em primeiro lugar em valor doado, segundo apontou a Tabela 1 na seção acima, ela ficou em segundo lugar quanto ao número de candidatos beneficiados.

Em 2006 aumentaram as doações para 1232 candidatos beneficiados, sendo 48,2% para o cargo de Deputado Federal, 34,1% para o cargo de Deputado Estadual, 11,7% para Governador, 5,3% para Senador, 0,4% para Presidente e 0,3% para o cargo de Deputado Distrital. Foram 26 estados que receberam doações, mais o Distrito Federal, no entanto, os Estados de São Paulo (SP) e Rio Grande do Sul (RS) foram os mais beneficiados, o primeiro com 242 candidatos e o segundo com 189 candidatos. O Nordeste se apresentou como a região que teve mais estados beneficiados (9), mas as regiões Sudeste e Sul foram as mais atraídas pelos doadores, com 44,7% e 25,2%, respectivamente, do total de candidatos em 4 estados dessas regiões. Foram 23 partidos beneficiados neste ano, o PSDB com 244 candidatos, PMDB com 191 candidatos, PFL com 180 candidatos e o PT com 173 candidatos, foram os principais.

A empresa Aracruz Celulose S/A, apresentada como a décima entre os 20 maiores doadores no ano de 2006 na Tabela 2 da seção acima, se apresentou em primeiro lugar quando, na análise, foi considerada a quantidade de candidatos beneficiados, doando para 164 candidatos que correspondiam a 17 partidos, no qual 16% foram do PMDB, 13% do PFL, 12% do PSDB, 10% do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e 49% distribuídos entre os demais partidos. Doze Estados, mais o Distrito Federal, receberam o benefício, o Rio Grande do Sul foi predominante com 45% das doações, tornando a região Sul a que mais recebeu doação em relação a número de candidatos. A empresa Caemi Mineração e Metalurgia S/A, primeiro lugar em valor doado, ficou em terceiro lugar quando a análise considerou o número de candidatos beneficiados.

No ano de 2010 as doações continuaram crescentes, agora para 1352 candidatos de 26 estados, mais o Distrito federal, no qual predominou os Estados de São Paulo com 330 candidatos e Minas Gerais com 200 candidatos. Este foi mais um ano em que a região Nordeste se apresentou com a maior quantidade de estados beneficiados (9), porém considerando o número de candidatos de cada região, o Sudeste deteve 49% dos candidatos beneficiados. Os cargos que receberam doações neste ano foram os de Deputado Federal (45,3%), Deputado Estadual (31,8%), Senador (12,4%), Governador (9,7%), Presidente (0,4%) e Deputado Distrital (0,3%). Os principais partidos contemplados nas doações foram o PT (20%), PSDB (18%), PMDB (11%) e os Democratas – DEM (10%) antigo PFL.

A Gerdau Comercial de Aços S/A se apresentou como a empresa que mais doou para candidatos em 2010. Foram 83 candidatos do Rio Grande do Sul, 34 de Minas Gerais, 21 de São Paulo, 11 de Paraná, 10 do Rio de Janeiro e 45 distribuídos por mais 15 estados, mais o Distrito Federal, totalizando 204 beneficiados. Com isso, os estados que mais receberam doações pertencem às regiões Sul (47%) e Sudeste (32%). Dos candidatos beneficiados, 17% pertenciam aos partidos PSDB e PMDB, 14% pertenciam ao PT, 11% ao Partido Progressista (PP) e os 41% restantes, distribuídos a mais 12 partidos. A empresa Construções e Comércio Camargo Correa S/A, que ocupa o primeiro lugar no ranking de maior valor doado, conferido

na Tabela 3, ocupa o segundo lugar quando a variável analisada é a quantidade de candidatos beneficiados com as doações naquele ano.

Depois de três anos de eleições presidenciais com crescimento contínuo de doações a candidatos, no ano de 2014 houve um decréscimo, e 633 receberam doações diretas. Foram 25 estados mais o Distrito Federal favorecidos, sendo 20,7% do Estado de São Paulo e 20% de Minas Gerais. A região Sudeste foi mais atrativa para as empresas doadoras, que garantiu benefício para 50% dos candidatos. O cargo de Deputado Federal permaneceu como o mais visado pelas empresas em todos os anos. Neste ano, 40% das doações foram para este cargo, 34% para o cargo de Deputado Estadual, 15% para o cargo de Governador, 7% para Senador, 4% para Presidente e 1% para Deputado Distrital. Foram 27 agremiações contempladas, sendo o PT, PSDB, PMDB e PSB os principais, obtendo juntos 56% das doações.

Embora a empresa JBS S/A tenha liderado o ranking como maior doadora, segundo confirma a Tabela 4 acima, quando considerada a quantidade de candidatos beneficiados foi o Itaú Unibanco S/A, que além de se apresentar entre os 20 maiores doadores este ano, ganhou o primeiro lugar por doar para 31,3% dos candidatos, em que 20% compõe o PSDB. Mais 23 partidos receberam desta Empresa. Os Estados de São Paulo e Minas Gerais, que foram favoritos neste ano receberam juntos 41,4% das doações.

Ao contrário dos anos anteriores, as doações diretas a candidatos que concorreram ao cargo de Presidente, foram mais expressivas, porém, é possível indicar que nesses anos eles tenham recebido mais doações dos comitês ou dos diretórios dos partidos, no entanto, como o enfoque da pesquisa foram às doações diretas a candidatos, não cabe a este artigo afirmar, deixando o tema precedente para futuras pesquisas.

4.1.2 ELEIÇÕES MUNICIPAIS DO BRASIL

Nesta seção estão expostas as informações referentes aos anos eleitorais de todos os municípios brasileiros no período de 2004 a 2012. Na Tabela 5 estão evidenciadas as empresas que mais doaram a candidatos no ano de 2004 e as suas respectivas características, como setor, porte e se estão listadas na BM&FBovespa .

Tabela 5: Características das Empresas Doadoras - 2004

EMPRESA	VALOR	SETOR	PORTE	LISTADA
Gerdau Açominas S/A	4.785.993,00	Indústria Metalúrgica	S/A	Não
Construtora OAS S/A	3.781.000,00	Construção Civil	S/A	Não
Vega Engenharia Ambiental S/A	2.286.000,00	Água, Esgoto e Resíduos.	S/A	Não
Votoratim Participações LTDA	1.975.000,00	Holdings	S/A	Não
Aracruz Celulose S/A	1.966.430,86	Papel e Celulose	S/A	Sim
Klabin S/A	1.578.410,82	Indústria em Geral	S/A	Sim
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	1.564.500,00	Construção Civil	S/A	Não
Qualix Serviços Ambientais LTDA	1.460.800,00	Água, Esgoto e Resíduos.	S/A	Não
Petroquímica União S/A	1.249.000,00	Indústria Petroquímica	S/A	Sim
João José Pereira de Lyra	1.239.200,00	Pessoa Física	-	-

Marino José Franz	1.106.970,00	Pessoa Física	-	-
U T C Engenharia S/A	1.046.000,00	Construção Civil	S/A	Não
Companhia Siderúrgica Nacional	1.025.900,00	Mineração e Siderúrgica	S/A	Sim
Suzano Papel e Celulose S/A	997.639,02	Indústria em Geral	S/A	Sim
Unipar União Indústrias Petroquímicas S/A	989.500,00	Indústria Química	S/A	Sim
Laginha Agro Industrial S/A	985.000,00	Agricultura	S/A	Não
Delta Construções S/A	969.937,28	Construção Civil	S/A	Não
Leão Leão LTDA	946.793,85	Construção Civil	Grande	Não
Itaú Unibanco S/A	900.773,55	Bancos e Financeiras	S/A	Não
Cia Brasileira de Petróleo Ipiranga	893.900,00	Comércio de Combustíveis	S/A	Sim

Fonte: www.asclaras.org.br e www.econodata.com.br.

É possível verificar através da Tabela 5 que a empresa que mais doou neste ano foi uma indústria metalúrgica, a Gerdau Açominas S/A e em segundo lugar, uma empresa de construção civil, a Construtora OAS S/A. As duas empresas são sociedades anônimas de grande porte e de capital fechado que representam 50% dos doadores, 35% foram as empresas de capital aberto e 15% as sociedades limitadas e pessoas físicas.

Pode-se observar que o setor de construção civil foi predominante nas doações com quase 28% de representatividade, uma vez que foram identificados mais 12 tipos de setores característico dos doadores, incluindo pessoas físicas.

No ano de 2008, é possível verificar uma atuação maior de pessoa física (30%), estando em primeiro lugar no ranking dos maiores doadores neste ano. A construtora OAS S/A permanece em segundo lugar, conforme evidencia a Tabela 6, abaixo:

Tabela 6: Características das Empresas Doadoras - 2008

EMPRESA	VALOR	SETOR	PORTE	LISTADA
Márcio Araújo de Lacerda	8.100.000,00	Pessoa Física	-	-
Construtora OAS S/A	6.845.100,00	Construção Civil	S/A	Não
Gerdau Comercial de Aços S/A	4.308.000,00	Siderurgia e Metalurgia	S/A	Não
AIB Associação Imobiliária Brasileira	3.951.000,00	Associação		Não
Itaú Unibanco S/A	3.211.240,53	Bancos e Financeiras	S/A	Não
Aracruz Celulose S/A	2.772.715,88	Papel e Celulose	S/A	Sim
Bracol Holding LTDA	2.411.000,00	Holdings	Grande	Não
Sebastião de Barros Quintão	2.062.915,02	Pessoa Física	-	-
Carlos Roberto de Campos	1.999.900,00	Pessoa Física	-	-
EIT Empresa Industrial Técnica S/A	1.966.000,00	Construção Civil	S/A	Não
Ivan Rodrigues	1.938.000,00	Pessoa Física	-	-
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	1.866.000,00	Construção Civil	S/A	Não
Leane Maria de Sousa Silveira	1.760.912,00	Pessoa Física	-	-

U T C Engenharia S/A	1.730.000,00	Construção Civil	S/A	Não
Corpus Saneamento e Obras LTDA	1.710.000,00	Limpeza Urbana	Grande	Não
Airton Garcia Ferreira	1.697.121,00	Pessoa Física	-	-
Multiplan Empreendimentos Imobiliários S/A	1.675.000,00	Exploração de Imóveis	S/A	Sim
Dalcar Veículos LTDA	1.543.000,00	Comércio de Veículos	Grande	Não
Bimetal Indústria Metalúrgica LTDA	1.521.625,65	Indústria em Geral	Grande	Não
Carioca Christiani Nielsen Engenharia S/A	1.521.000,00	Construção Civil	S/A	Não

Fonte: www.asclaras.org.br e www.econodata.com.br.

Pode-se observar que, embora a representatividade de pessoa física, entre as empresas doadoras o setor de construção civil permanece predominante (35,7%) com todas as empresas deste setor sendo sociedades anônimas de capital fechado.

Na Tabela 7, estão evidenciadas as empresas que mais doaram a candidatos no ano de 2012, suas respectivas características, como setor, porte e se estão listadas na BM&FBovespa. O maior doador neste ano foi o Itaú Unibanco S/A, do setor de bancos e financeiras e a Construtora OAS S/A, da construção civil, se manteve em segundo lugar. As duas empresas são sociedades anônimas de capital fechado e corresponde a 42,1% das empresas doadoras.

Tabela 7: Características das Empresas Doadoras - 2012

EMPRESA	VALOR	SETOR	PORTE	LISTADA
Itaú Unibanco S/A	R\$ 10.202.614,25	Bancos e Financeiras	S/A	Não
Construtora OAS S/A	R\$ 6.650.000,00	Construção Civil	S/A	Não
U T C Engenharia S/A	R\$ 6.608.649,00	Construção Civil	S/A	Não
Banco BMG S/A	R\$ 4.958.000,00	Bancos e Financeiras	S/A	Não
Coimbra Importação e Exportação LTDA	R\$ 4.323.755,00	Comércio Atacadista	Grande	Não
MRV Engenharia e Participações S/A	R\$ 2.694.000,00	Construção Civil	S/A	Sim
Suzano Papel e Celulose S/A	R\$ 2.586.948,69	Indústria em Geral	S/A	Sim
Fibria Celulose S/A	R\$ 2.490.000,00	Indústria em Geral	S/A	Sim
Cervejaria Petrópolis S/A	R\$ 2.440.000,00	Indústria de Bebidas	S/A	Não
CRBS S/A	R\$ 2.145.196,00	Comércio Atacadista	S/A	Não
Jorge Alberto Vieira Studart Gomes	R\$ 2.140.000,00	Pessoa Física	-	-
Primo Schincariol Ind. de Cervejas e Refrigerantes S/A	R\$ 2.023.442,19	Indústria de Alimentos	S/A	Não
Multiplan Empreendimentos Imobiliários S/A	R\$ 1.973.000,00	Exploração de Imóveis	S/A	Sim
Aço Cearense Industrial LTDA	R\$ 1.963.000,00	Indústria Metalúrgica	Grande	Não
Autoforte Veículos LTDA	R\$ 1.937.706,91	Comércios de Veículos	Média	Não
Armazéns Gerais Paraíso LTDA	R\$ 1.812.100,82	Logística e	Pequena	Não

		Transporte		
M Dias Branco S/A Indústria e Comércio de Alimentos	R\$ 1.787.000,00	Indústria de Alimentos	S/A	Sim
Arosuco Aromas e Sucos LTDA	R\$ 1.650.000,00	Indústria de Alimentos	Média	Não
Praiamar Indústria Comércio & Distribuição LTDA	R\$ 1.550.000,00	Indústria de Alimentos	Média	Não
Paquetá Calçados LTDA	R\$ 1.413.185,00	Indústria Têxtil e do Vestuário	S/A	Não

Fonte: www.asclaras.org.br e www.econodata.com.br.

Pode-se verificar que há uma assimetria nos setores, mas predominam as indústrias de alimentos (21%) e a construção civil (15,7%).

Como foi visto nas tabelas 5, 6 e 7, nota-se que as seguintes empresas: Construtora OAS S/A, Itaú Unibanco S/A e UTC Engenharia S/A doaram nos três anos consecutivos valores que somaram ao total: R\$ 40.975.377,33. As sociedades anônimas destacaram-se por representar 65% dos doadores nesse período, destas, apenas 36% foram empresas de capital aberto. É possível notar que 43 doadores, doaram em apenas um dos anos e estas somaram o valor total de R\$ 91.601.974,54.

4.1.2.1 Cargos, Estados, Partidos.

Nos anos de eleições municipais as doações foram atrativas para os cargos de Prefeito e Vereador em todos os anos. Em 2004 os candidatos que concorreram ao cargo de prefeito receberam 62% das doações do total de 862 beneficiados. A região Sudeste foi a mais visada pelos doadores, 49% dos candidatos de 25 Estados, no qual o Estado de São Paulo apresentou maior quantidade de beneficiados. Os partidos que apresentaram mais candidatos foram o PT (18%), PSDB (14%), PMDB (14%) e PFL (12%), o percentual restante está dividido para mais 19 legendas partidárias que receberam as doações.

A empresa Aracruz Celulose S/A ficou em primeiro lugar, doando para 135 candidatos. Foi o Estado do Espírito Santo que atraiu os olhares desta Empresa, com mais de 50% das doações, de mais oito Estados que também receberam. Nesta análise foi possível identificar que, quando a variável foi específica para números de candidatos, os partidos beneficiados foram o PT (14%), PFL (10%), PSB (10%) e PP (10%). A empresa Gerdau Açominas S/A, que ficou em primeiro lugar quando a referência foi o valor doado, ficou em segundo doando para 124 candidatos, juntamente com a empresa Klabin S/A que doou para a mesma quantidade.

Em 2008, foi novamente o cargo de Prefeito que obteve maior parte das doações, com aproximadamente 67% dos candidatos, do total de 533 beneficiados. Nota-se que houve um declínio em relação ao ano eleitoral anterior, mas foram 20 partidos favorecidos, em que o PT se destacou com mais de 26% das doações. Este é mais um ano em que o Estado de São Paulo foi mais atrativo aos doadores e recebeu 30% das doações. Embora a região Nordeste tenha apresentado a maior quantidade de Estados, foi a região Sudeste que ganhou destaque por possuir 52% dos candidatos beneficiados.

A Construtora OAS S/A ganhou evidência, porque além de ser contada como a empresa que mais doou em relação a valor, de acordo com Tabela 6 acima, também foi a empresa que mais fez doação direta a candidatos, assim como a Gerdau Comercial de Aços S/A, que juntas doaram para um total de 194 candidatos, dos quais 35% eram do PT. As empresas visaram a região Sudeste, especificamente os Estados do Rio Grande do Sul (27,8%) e São Paulo (26,8%), mais 10 estados receberam as doações.

No ano de 2012, assim como nos anos anteriores, os candidatos a Prefeito receberam 64,5% das doações. Neste ano houve um aumento para 1037 beneficiados em que 30,6% eram do PT. Foi nos Estados de Minas Gerais (19%) e São Paulo (18,1%), que se concentraram o maior número de candidatos que receberam doações, no total de 24 estados. A região Nordeste novamente se destacou por apresentar a maior quantidade de estados que recebe doações, todavia, considerando o número de candidatos beneficiados o Sudeste se sobressai com mais de 44% das doações.

O Itaú Unibanco S/A ficou em primeiro lugar no ranking de maior valor doado e também foi a empresa que mais fez doações diretas, favorecendo 278 candidatos. Na região Sudeste 38,5% dos candidatos receberam doações, do qual São Paulo foi representado por 20,5% dos beneficiados. A empresa doou para 21 partidos, mas o PT recebeu 19% das doações, o PSDB 17% e o PMDB 12%.

A Tabela abaixo apresenta de forma objetiva o resultado da análise realizada, referentes aos anos eleitorais presidenciais e municipais em 2002 a 2014, que identifica o setor mais presente nas doações, a empresa que mais doou, o porte da maioria das empresas em cada ano, a quantidade (%) das empresas listadas na BM&FBovespa e qual o partido mais favorecido em cada ano. A esta análise iremos chamar de análise macro, porque não está restrita apenas às informações das empresas que mais doaram, e sim às respectivas representatividades.

Tabela 8: Análise macro entre os anos de 2002 a 2014

AN O	SETOR (Mais presente)	EMPRESA QUE MAIS DOOU	PORTE DA EMPRESA (Maioria)	LISTADA (%)	PARTIDO DO CANDIDATO
2002	Construção civil e Indústria Metalúrgica	Construtora Norberto Odebrecht S/A	S/A	26	PSDB
2004	Construção civil	Gerdau Açominas S/A	S/A	39	PT
2006	Indústria de alimentos	Caemi Mineração e Metalurgia S/A	S/A	24	PSDB
2008	Construção civil	Construtora OAS S/A	S/A	14	PT
2010	Construção civil	Construções e Comércio Camargo Correa S/A	S/A	18	PT
2012	Indústria de alimentos	Itaú Unibanco S/A	S/A	26	PT
2014	Construção civil	JBS S/A	S/A	10	PT

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nos dados publicados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e consulta às tabelas 1 a 7 apresentadas na seção de análise dos dados deste artigo.

É possível afirmar que, após análise macro, identificou-se que o setor predominante entre os anos foi o de construção civil. A maioria das empresas são sociedades anônimas de capital fechado. Em nenhum dos anos analisados houve predominância de empresas listadas na bolsa de valores, nota-se na coluna Listada (%). Em anos de eleições presidenciais, os partidos mais favorecidos foram o PT e PSDB. Nos anos de eleições municipais, o PT foi o partido mais favorecido, todos os anos.

A Construtora Norberto Odebrecht S/A, do setor de construção civil, marcou presença, e doou a candidatos, nos anos de 2002, 2004, 2006, 2012 e 2014, o valor total de R\$ R\$ 56.081.622,00. A empresa Gerdau Açominas S/A, indústria metalúrgica, marcou presença nos anos 2002, 2004 e 2006, e doou a candidatos o valor total de R\$ 9.140.993,00. Enquanto que a empresa Caemi Mineração e Metalurgia S/A, do setor holding, doou apenas no ano 2006 o valor de R\$ 12.920.000. A Construtora OAS S/A, do setor de construção civil, se fez presente em todos os anos eleitorais de 2002 a 2014, e desembolsou o valor total de R\$ R\$ 129.314.646,00. A empresa Construções e Comércio Camargo Correa S/A, construção civil, também marcou presença em todos os anos eleitorais analisados, doando a candidatos o valor total de R\$ 69.564.611,00. O Itaú Unibanco S/A, do setor de bancos e financeiras, se fez presente todos os anos e doou o valor total de R\$ 80.788.647,00. Por fim, a empresa JBS S/A, do setor de indústria de alimentos, desembolsou o valor total de R\$ R\$ 402.923.152,00, e se fez presente em todos os anos analisados. Desta feita, são diversos setores que aparecem como financiadores dos candidatos para eleições de 2002 a 2014 no Brasil.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi identificar o perfil das empresas doadoras entre os anos eleitorais de 2002 a 2014. Esta pesquisa é importante, pois com o seu resultado é possível responder quem são as empresas que sustentam o financiamento político no Brasil e em quais empresas estão concentrados os investimentos eleitorais.

Os resultados desta pesquisa indicam que há uma grande atuação de empresas no financiamento político entre os anos eleitorais de 2002 a 2014, e que, segundo as análises de setor e porte, é predominante a presença das sociedades anônimas de capital fechado e o setor de construção civil. A análise foi realizada considerando as doações diretas a candidatos, porém, isso não significa que eles não tenham recebido doações de comitês e diretórios dos partidos, que compõem o Fundo Partidário (LEI Nº 9.096, de 19 de setembro de 1995).

A predominância do setor de construção civil é clara, mas é possível notar diversos setores que sustentaram o financiamento político nos anos analisados, como os setores de Metalúrgica e a Indústria de Alimentos. Foi possível observar o benefício oriundo de outros setores, quando se considerou o valor da doação, bem como a quantidade de candidatos beneficiados.

Deve-se destacar que, embora as sociedades anônimas de capital fechado sejam empresas que representam menor liquidez em seu patrimônio, são elas que predominam e garantem as doações, representando 75% das empresas analisadas.

Outro estudo incluindo todas as empresas doadoras em anos eleitorais poderá ser explorado no futuro, para que sejam realizadas análises mais consistentes quanto a atuação de empresas no financiamento político do Brasil e identificação de suas principais características. A pesquisa ficou limitada a uma amostra dos 20 maiores doadores incluindo pessoa física e jurídica, com ênfase da análise na pessoa jurídica.

REFERÊNCIAS

- Antonino, M. S. L., Almeida, K. K. N., Echternacht, T. H. S., & de França, R. D. (2013). Percepção dos auditores sobre o papel da auditoria governamental para transparência da gestão pública: Um estudo no Tribunal de Contas da Paraíba. **Revista Ambiente Contabil**, 5(1), 179.
- Bandeira-de-Mello, R., & Marcon, R. (2011). The value of business group affiliation for political connections: preferential lending in Brazil. XXème Conférence de l'AIMS (Association Internationale de Management Stratégique).
- BBC Brasil. Brasília, 17 de Setembro 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150917_financiamento_campanha_stf_pai_ms. Acessado em: 25/08/2015.
- Bichara, C. D. C. Financiamento público de campanhas eleitorais: razões e cenários possíveis. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/livro.php?gt=89>. Acessado em 18/09/2015.
- Bobbio, Norberto (Orgs); Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco (1998). Dicionário de Política. 11ª edição. Vol 1. Brasília: UnB, 1998.
- Brasil. Lei nº 9.096, 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Diário Oficial da União – Seção 1 – 20/9/1995, p. 14.545 (Publicação Original).
- Cazzolato, N. K., & Candido, J. G. (2013). O caminho das verbas público-partidárias e o custo do voto-DOI: <http://dx.doi.org/10.15603/2177-7284/regs.v4n2p678-699>. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, 4(2), 678-699.
- Cretella Júnior, José (1989). *Comentários à Constituição brasileira de 1988*. V. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Costa, M., Bandeira-de-Mello, R., & Marcon, R. (2013). INFLUÊNCIA DA CONEXÃO POLÍTICA NA DIVERSIFICAÇÃO DOS GRUPOS EMPRESARIAIS BRASILEIROS/The political connection influence on brazilian business group diversification/Influencia de la conexión política en la diversificación de los grupos empresariales brasileños. **Revista de Administração de Empresas**, 53(4), 376.
- Farias Neto, P. S (2011). *Ciência política: enfoque integral avançado*. São Paulo: Atlas, 2011, p. 178.
- Franco, A. A. De M.; Pila, R. (1999) *Presidencialismo ou parlamentarismo?* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999. XXIV+388 p – (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).
- Grigorescu, A. (2003). International organizations and government transparency: Linking the international and domestic realms. **International Studies Quarterly**, 47(4), 643-667..
- Heald, D. (2006). Varieties Of Transparency. In: Hood, C.; Heald, D. (Eds.). . *Transparency. The Key To Better Governance*. New York: Oxford University Press, 2006. P. 25-43. Hood,

- C. Transparency In Historical Perspective. In: Hood, C.; Heald, D. (Eds.). *Transparency: The Key To Better Governance?* New York: Oxford University Press, 2006. P. 3-23.
- Instituto Brasileiro De Governança Corporativa. Princípios básicos. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18163>. Acessado em: 25/08/2015.
- Larsson, T (1998). How Open Can A Government Be? The Swedsh Experience. In: Deckmyn, V.; Thomson, I. (Eds.). . *Openness and transparency in the European Union*. Maastricht, Netherlands: European Institute of Public Administration, p. 169.
- Michener, G., & Bersch, K. (2011, May). Conceptualizing the quality of transparency. In paper apresentado na 1ª Conferência Global sobre Transparência, ocorrida na Rutgers University, Newark, em maio de.
- O Povo Que Pague. *Estadao.com.br*. São Paulo, 05 mar. 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-povo-que-pague-,o.htm>. Acesso em 28/08/2015
- Pontes, C. S. (2008) **A atuação da Justiça Eleitoral na fiscalização das contas dos candidatos e partidos políticos**. Tese de Doutorado. PUC-Rio.
- Prado, O.; Ribeiro, M. M.; Diniz, E. (2012) Governo eletrônico e transparência: olhar crítico sobre os portais do governo federal brasileiro. In: Pinho, J. A. G. (Ed.). . **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: Editora EDUFBA, p. 13–39.
- Rocha, Á. F. O., & Silveira, G. E. (2009). Estado e democracia: esboço de uma interpretação do habitus político brasileiro. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, 1(1), 9-15..
- Sartori, G. (1999) *El homo videns. La sociedad teledirigida*. México: Taurus.
- Secretaria Do Tesouro Nacional. Lei da responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000). Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/lei-de-responsabilidade-fiscal. Acessado em: 22/10/2015.
- Speck, B. W. (2012). *O financiamento político e a corrupção no Brasil*. Temas de corrupção política. São Paulo: Balão Editorial.
- Tribunal Superior Eleitoral. Os partidos políticos e a prestação de contas partidária. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-3/os-partidos-politicos-e-a-prestacao-de-contas-partidaria>. Acessado em: 28/08/2015.
- Zuccolotto, R., Teixeira, M. A. C., & Riccio, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, 12(25), 137-158.